

---

# SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS  
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

---

## As categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades na formação em Serviço Social

*The categories of race/racism, gender and sexualities  
in the professional qualification in Social Work  
Las categorías de raza/racismo, género y sexualidades  
en la formación del Servicio Social*

**Thulio Silva de Moraes<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-7508-6107>

**Erick José Gonçalves dos Santos Silva<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-4030-4896>

**Isabela da Silva Oliveira<sup>3</sup>**

<https://orcid.org/0009-0007-6228-0203>

**Ariele Pedral<sup>4</sup>**

<https://orcid.org/0009-0005-8769-6091>

---

1 Mestrando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Serviço Social. Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6570717153297091>>. E-mail: <thulio9007@gmail.com>.

2 Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6471975275842180>>. E-mail: <erick.erick2012@gmail.com>.

3 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/5150136930100882>>. E-mail: <ms.isabelasilva@gmail.com>.

4 Graduada em Serviço Social. Pesquisadora voluntária da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6482523807473003>>. E-mail: <ariele-pedral@gmail.com>.

Recebido em: 20/07/2023

Aprovado em: 1º/12/2023

**Resumo:** O presente trabalho constitui um estudo teórico-empírico, de abordagem qualiquantitativa, no qual ocorre a análise de ementas curriculares e projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social de universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de verificar como tais universidades abordam as categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades na formação profissional em Serviço Social. Por esta análise, verificou-se que, de forma majoritária, as universidades desenvolvem as categorias supracitadas em disciplinas optativas, de modo que não se garante que os debates que envolvam as categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades, assim como suas determinações na vida da população usuária, façam parte da formação de assistentes sociais. Tal realidade parece estar em oposição com os princípios, os valores e as diretrizes que norteiam a profissão e que se expressam no Código de Ética e no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Formação profissional. Serviço Social. Racismo. Gênero. Sexualidades.

**Abstract:** The present paper constitutes a theoretical-empirical study, with qualitative and quantitative approach, in which the analysis of the curriculum and the pedagogical political project of Social Work of public universities in the state of Rio de Janeiro, with the aim of verifying how such universities address the categories of race/racism, gender and sexualities in professional qualification in Social Work. Through this analysis, it was found that, for the most part, universities develop the aforementioned categories in optional subjects, in a way that does not guarantee that the debates involving the categories of race/racism, gender and sexualities, as well as their determinations in the life of the population that utilizes social services, are a part of the professional qualification of social workers. This reality seems to be in opposition to the principles, values and guidelines that guide the profession and that are expressed in the Code of Ethics and in the Ethical-Political Project of Social Work.

**Keywords:** Professional qualification. Social Work. Racism. Gender. Sexualities.

**Resumen:** El presente trabajo es un estudio teórico-empírico, con abordaje cualitativo-cuantitativo en el que se analizan los planes curriculares y los proyectos político-pedagógicos de las carreras de Trabajo Social en las universidades públicas del estado de Río de Janeiro, con el objetivo de verificar cómo estas universidades abordan las categorías de raza/racismo, género y sexualidades en la formación profesional en Trabajo Social. A través de este análisis, se encontró que la mayoría de las universidades desarrollan las categorías mencionadas en asignaturas optativas, lo que no garantiza que los debates que involucran las categorías de raza/racismo, género y sexualidades, así como sus determinaciones en la vida de la población usuaria, formen parte de la formación profesional de los trabajadores sociales. Esta realidad parece oponerse a los principios, valores y directrices que orientan la profesión y que se expresan en el Código de Ética y en el Proyecto Ético-Político del Trabajo Social.

**Palabras claves:** Formación profesional. Trabajo Social. Racismo. Género. Sexualidades.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva a análise de como as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades vêm sendo desenvolvidas na formação profissional em Serviço Social de sete universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF) de Niterói, de Rio das Ostras e de Campos dos Goytacazes; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O motivo da escolha das universidades em questão se deve ao fato de que a pesquisa que motivou a produção do presente trabalho encontra-se sendo elaborada na UNIRIO, fato que facilita a sua realização. Outro motivo se dá pelo número expressivo de cursos de graduação em Serviço Social em universidades públicas no território pesquisado.

Assim, para que a referida análise pudesse ser feita, foi realizado o levantamento das ementas e dos projetos político-pedagógicos das universidades em questão, como modo de verificar se as categorias supracitadas estão aparecendo nas disciplinas dos cursos de graduação

em Serviço Social, assim como também observar se as disciplinas que desenvolvem tais categorias possuem natureza obrigatória ou optativa.

O que pôde ser percebido, durante os momentos iniciais do levantamento, foi o aparecimento das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades majoritariamente em disciplinas optativas, o que pode significar que, durante a formação em Serviço Social, em determinadas universidades, assistentes sociais podem graduar-se sem se engajar ativamente no debate de tais categorias, o que constituiria uma lacuna na formação profissional.

A referida lacuna se dá pelo fato de que as determinações de raça, de gênero e de sexualidades influem sobre a totalidade das relações sociais, influenciando diretamente a vida da população usuária do Serviço Social, que será composta por indivíduos que fazem parte da população negra e LGBTQIA+,<sup>5</sup> cujas identidades serão atravessadas por marcadores raciais, de gênero e de sexualidades.

Assim, torna-se necessário que a atual formação profissional em Serviço Social, consolidada pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996, articuladas com os princípios e os valores presentes no Código de Ética e no Projeto Ético-Político da profissão, seja capaz de apresentar e desenvolver os debates a respeito das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, de modo a proporcionar uma formação de qualidade para assistentes sociais que trabalharão interventivamente na vida de sua população usuária.

## **O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO E A ATUAL FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

O Serviço Social brasileiro tem como característica fundamental de sua história as diversas transformações e os tensionamentos internos da categoria profissional. Emergindo nos anos de 1930, a profissão surge com a demanda sócio-histórica de disciplinamento da classe trabalhadora pelo Estado burguês, com uma prática profissional sem arcabouço teórico, agindo na lógica da filantropização das respostas à questão social

---

5 Na construção do presente trabalho, optamos pela utilização da sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais e outros), pelo fato de que esta constitui a forma atualmente utilizada pelo conjunto do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS).

sob preceitos católicos para garantir a reprodução da força de trabalho. A emergência da categoria nesses moldes foi necessária num contexto de consolidação do capitalismo concorrencial no País com o auge da industrialização, gerando um operariado organizado, que já exigia do Estado respostas às suas demandas.

Com o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade brasileira, a profissão vai se consolidando na divisão do trabalho na mesma lógica. Porém, com o crescimento dos movimentos sociais organizados nas décadas subseqüentes, começou a chegar ao Serviço Social latino-americano uma reformulação de suas bases interventivas e teóricas. A partir desse contexto, observamos, no início dos anos de 1960 e em outros países de nosso continente, uma tentativa de estabelecer preceitos críticos na profissão, enquanto em toda a sociedade civil latino-americana se observava a ascensão dos movimentos questionadores da ordem do capital. O movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano, então, se mostra profundamente ligado à conjuntura da época, aproximando a profissão, de forma primária, à teoria social crítica (NETTO, 1981). Observando esse cenário, o Estado, a partir de então, sob influência do imperialismo estadunidense, se utiliza de seu caráter classista e toma uma forma autocrática para garantir a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista em todo o continente.

Ianni (2019) afirma que, no Brasil, neste momento da história, há a existência de um bloco de poder, no qual a burguesia internacional exerce hegemonia, com participação dos militares, dos capitalistas brasileiros e dos latifundiários, tomando a direção do Estado quando se observa a organização proletária e campesina.

Buscando reconstituir-se como categoria profissional a partir de um movimento geral de efervescência política e de ascensão dos movimentos sociais, o movimento de renovação chega ao Serviço Social brasileiro no fim dos anos de 1960, em resposta à nova agenda autocrática, objetivando estabelecer, para a formação das/os assistentes sociais, uma base teórica aliada às ciências sociais.

Tal movimento emerge como necessário a partir de uma conjuntura sócio-histórica dialética: uma relação entre o aumento do investimento nas políticas sociais e uma postura do Estado de desmonte de direitos políticos.

Posto o referido contexto, a movimentação em todos os âmbitos da sociedade civil se intensifica com os movimentos sociais, razão pela qual não seria diferente com o Serviço Social. Pereira e França (2021) contribuem para o debate da renovação profissional, afirmando que toda a movimentação da categoria só foi possível graças à aliança com as organizações representativas dos trabalhadores da época.

Vale mencionar que a citada aliança é impulsionada com a entrada do curso de Serviço Social nas universidades públicas, quando Netto (2005) afirma ser o terreno perfeito para o crescimento de um movimento de ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo. O autor afirma que o lugar da graduação e da pós-graduação foi essencial para estabelecer um arcabouço teórico-metodológico contrário à ditadura empresarial-militar.

Mesmo inicialmente com bases positivistas e conservadoras, o resultado desse processo histórico dentro da profissão foi a hegemonia do movimento com a intenção de ruptura, que, rompendo com o passado conservador da categoria, estabeleceu preceitos críticos para a dimensão teórico-metodológica, objetivando uma intervenção emancipatória na realidade social. A centralização do trabalho dos assistentes sociais na questão social – aqui entendida como o conjunto de desigualdades que emergem na sociedade civil, mediante a reprodução do modo de produção capitalista e a resposta das classes trabalhadoras a esse processo (IAMAMOTO, 2003) – foi um passo importante, fruto da aproximação com o marxismo, quando se formulou uma direção política do Serviço Social brasileiro, materializada no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

As supracitadas Diretrizes Curriculares da ABEPSS apontam para a formação de um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, objetivando uma formação profissional que possuisse maior apreensão teórico-crítica do processo histórico enquanto totalidade. A formulação de tais diretrizes foi fortemente influenciada pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), também conhecido como o Congresso da Virada, ocorrido em 1979, no qual declarou-se uma nova perspectiva para o Serviço Social, reafirmando o trabalho como atividade central e base fundante do ser social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) e a questão social como objeto de intervenção dos/as assistentes sociais, assumindo a tradição marxista como referencial teórico hegemônico da profissão.

Assim, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista permitiu que fosse estabelecido um compromisso ético-político da categoria na luta contra as expressões da questão social manifestadas na sociedade capitalista. Observamos tal empenho nos documentos norteadores da profissão, principalmente no Código de Ética profissional e no Projeto Ético-Político do Serviço Social, assim como nas entidades representativas da profissão: as diversas normativas e diretrizes do conjunto CFESS-CRESS, a criação do Grupo Temático de Pesquisa de Serviço Social, as Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da ABEPSS (GTPS-ABEPSS) e a absorção das pautas dos grupos historicamente oprimidos pela Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Tal compromisso expressa o interesse da profissão de integrar, na formação profissional, os debates das categorias de gênero, raça/racismo e sexualidades.

## **RAÇA/RACISMO, GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS**

O debate acerca das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades é fundamental para a formação profissional de assistentes sociais, pois são categorias que constituem fenômenos que perpassam a realidade social brasileira e incidem diretamente sobre a vida da população usuária do Serviço Social. Diante disso, torna-se imprescindível, do ponto de vista teórico, a explanação das categorias supracitadas.

O conceito de raça, de acordo com Munanga (2003), trata-se de um constructo social sem validade científica, sendo desenvolvido, historicamente, como meio de classificar e diferenciar seres humanos por intermédio de suas características físicas e de seus traços morfológicos, como a cor da pele, os formatos do crânio, do nariz, do queixo e dos lábios, dentre outros traços e características. Segundo o autor, tais métodos de classificação e separação tinham como intuito justificar e legitimar processos de dominação e exploração que ocorriam mediante a hierarquização das raças, processo que envolvia a associação de características biológicas com atributos morais, intelectuais e/ou culturais.

Tal processo de hierarquização racial constitui as bases do racismo, que pode ser definido como “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes e que culminam em

desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2021, p. 32). Assim, nota-se o papel do racismo no estabelecimento da hierarquia racial que afirma o lugar da população branca como o grupo racial dominante e privilegiado, enquanto a população “não branca” se encontra em posição desvantajosa, de modo a garantir a reprodução de uma estrutura de poder e dominação de uma parcela da população sobre outra.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo (GONZALEZ, 2020, p. 46).

Estabelecidos os conceitos de raça e racismo, tratemos agora da categoria de gênero. De acordo com Souza (2014, p. 22), entende-se a categoria de gênero como um “[...] fenômeno histórico e social que participa da organização da sociedade, constituindo-se dialeticamente através dos processos que compõem a totalidade social”. Em outras palavras, gênero é uma categoria que interfere na estruturação da sociedade e dos seres sociais e se molda a partir dos processos sociais ocorridos e do período histórico vivenciado, designando um conjunto de fenômenos que dizem respeito às relações estabelecidas entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres.

É necessário pontuar aqui que, quando o assunto é gênero, grande foco é colocado nas pessoas cisgêneros, sendo cisgênero a categoria utilizada para se referir às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento ou com a identificação sexual pelo ultrassom<sup>6</sup> (LIMA, 2020). Tal foco, porém, não muda o fato de que as pessoas transsexuais/transgêneros, cuja autoidentificação de gênero não corresponde ao gênero atribuído no momento do nascimento ou com a identificação sexual pelo ultrassom, também se relacionam diretamente com a categoria de gênero, por mais que suas vivências e existências enfrentem consecutivos processos de apagamento e invalidação, o que também ocorre com as muitas outras identidades que compõem a comunidade LGBTQIA+.

---

6 Nestes casos, a norma binária sexual denomina pessoas com pênis e escrotos como homens e pessoas com vagina, útero e seios como mulheres (LIMA, 2020).

Ante o exposto e ainda de modo alinhado ao debate de gênero, destaca-se, também, a categoria de sexualidades, que pode ser compreendida como “[...] relação social cujas formas e expressões são construídas de maneira determinada em cada sociedade ou período histórico” (TOITIO, 2015, p. 5-6), constituindo-se, assim, como parte essencial para a compreensão da totalidade social. Isso se confirma pelo fato de que a sexualidade está diretamente ligada às relações sociais, sendo uma categoria utilizada, historicamente, na opressão de determinados grupos. Opressão que pode ser evidenciada pelo conceito de heteronormatividade, que articula perspectivas conservadoras de gênero e de sexualidades, de modo que as relações heterossexuais são estabelecidas como um imperativo social, legitimando, assim, apenas as relações afetivas/sexuais entre homens e mulheres cisgêneros (IRINEU, 2023) e de heterossexismo, que apresenta a heterossexualidade como expressão natural da sexualidade e, por isso, reitera sua compulsoriedade (TOITIO, 2015).

Em um sentido mais amplo, o heterossexismo pode ser pensado como uma complexa concepção de mundo (ou um sistema de ideias e valores), por meio da qual concebemos nosso sexo, corpo e desejo e que não apenas legitima a prática heterossexual como obrigatória, mas, também, pelo qual são organizadas as demais expressões e práticas sexuais (TOITIO, 2015, p. 3).

Diante disso, torna-se possível compreender as opressões enfrentadas por indivíduos e grupos que não se conformam com a expectativa da heterossexualidade, a exemplo das pessoas homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais, dentre outras orientações sexuais. São opressões que resultam, com frequência, na marginalização desses indivíduos, podendo também contribuir para a sua vulnerabilização social.

Assim, dadas as explanações das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, observa-se que tais categorias incidem na realidade social, em sua totalidade, ao mesmo passo que também se associam aos processos de exploração e/ou dominação de indivíduos e grupos. E, com isso, cabe ressaltar que todo tipo de discriminação direcionado para uma categoria social serve, no interior de uma sociedade, cuja maior parte da população busca apenas garantir sua subsistência, por intermédio do trabalho assalariado, para “[...] introduzir o fenômeno da diferenciação entre os candidatos a empregos” (SAFFIOTI, 1987, p. 55).

Portanto, para Saffioti (1987, 2015), a marcação de gênero e de raça define os diferentes acessos dos sujeitos na sociedade, principalmente no campo do trabalho, em que pessoas negras e mulheres (e especialmente mulheres negras) encontram-se ocupando cargos de baixos salários, que possuem menor prestígio social ou que correspondem à camada subempregada da população, devido ao patriarcado (que estabelece o regime de dominação-exploração de mulheres por homens)<sup>7</sup> e ao racismo (que institui e reproduz a desigualdade social fundamentada no pertencimento racial).

[...] É fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável (SAFFIOTI, 1987, p. 55).

Neste sentido, os sistemas de opressão de raça e de gênero, combinados com a heteronormatividade e o heterossexismo, atuam na normalização da ideologia de inferioridade das pessoas negras, das mulheres e das pessoas que compõem a população LGBTQIA+, permitindo a manutenção dos processos de dominação e opressão que afetam negativamente as condições materiais de vida desses sujeitos, que constituem, majoritariamente, a classe trabalhadora brasileira. Assim, sob o modo de produção capitalista, o modelo cis-heteropatriarcal<sup>8</sup> e racista viabilizará, também, a intensificação da exploração da força de trabalho desses sujeitos.

Para além do exposto, faz-se necessário entender que os sistemas de dominação, opressão e exploração que atuam sob as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, mesmo que compreensíveis

---

7 Faz-se necessário o apontamento de que, para além do estabelecimento do regime de dominação-exploração de mulheres por homens, a categoria teórica do patriarcado versa sobre a ideologia da superioridade do homem, do masculino, que serve para acobertar a estrutura de poder hierarquizada que determina o lugar da mulher, em todas as áreas da convivência humana, como sendo muito abaixo do lugar do homem. Deste modo, a categoria do patriarcado explicita tanto a referida estrutura de poder quanto a ideologia que a acoberta (SAFFIOTI, 2015). Ainda sobre a categoria do patriarcado, torna-se importante sinalizar que, por mais que a autora elucide tal categoria pelo binarismo homem-mulher, entendemos que o patriarcado versa, também, sobre a dominação-exploração de todas as identidades de gênero que não são socialmente reconhecidas como homem, como masculino.

8 Entendemos o cis-heteropatriarcado como categoria teórica que expressa a articulação da categoria patriarcado com os conceitos de heteronormatividade e heterossexismo. Tal articulação combina as ideologias da superioridade do homem e da primazia da heterossexualidade, de modo que se estabelece o homem cisgênero e heterossexual como superior a todas as outras identidades de gênero e/ou orientações sexuais.

separadamente, funcionam conjuntamente para o mesmo propósito. Conforme Saffioti (1987, p. 60), “na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo”. Complementarmente, Almeida (2017) defende a posição de que não existe hierarquia de opressão, explicitando o fato de que, por onde quer que andemos, por onde quer que atuemos, esbarraremos com intolerâncias, manifestações de racismo, sexismo, homofobia e transfobia, pois essa é a lógica perversa da sociabilidade burguesa, que se utiliza de determinantes de raça, gênero, sexualidade e classe para acirrar as relações de opressão, dominação e exploração.

Assim, compreende-se a imprescindibilidade de uma análise de caráter interseccional<sup>9</sup> para que seja possível o entendimento de como as desigualdades de raça, de gênero, de sexualidade e de classe são reproduzidas, de forma articulada, na sociedade capitalista. Trata-se de um entendimento que viabilizará a formulação de estratégias de enfrentamento conjunto desses sistemas que oprimem, exploram, dominam e excluem.

Diante do exposto, torna-se evidente a importância do estudo das categorias supracitadas no processo de formação profissional em Serviço Social, dado o caráter interventivo do trabalho das/os assistentes sociais com sua população usuária, que é diretamente atravessada pelos sistemas opressores supracitados. Para além disso, é essencial que a formação em Serviço Social esteja sob constante atualização, para buscar apreender as determinações sociais em sua totalidade, de modo a não materializar uma formação que disponha de um entendimento raso da realidade social brasileira.

[...] No Brasil, patriarcado, racismo e capitalismo operam juntos. Vale destacar que o racismo que estamos considerando é o que se origina pelo processo de escravização negra nas Américas. Desta forma, o racismo é imprescindível para analisar a formação da classe trabalhadora no Brasil, ainda que parte dos intérpretes da formação social brasileira tenham desconsiderado o que defendemos como central para a compreensão da mesma (COSTA; RAFAEL, 2021, p. 83).

---

9 “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias, em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e pela sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 16).

Nesta direção, Moreira (2019) argumenta que o debate étnico-racial deve ser estabelecido como viés analítico na formação em Serviço Social, sendo trabalhado como eixo estruturante que atravessará todas as disciplinas, ocupando lugar de centralidade durante todo o processo de formação profissional de assistentes sociais, estando, assim, em coerência com a essência das Diretrizes Curriculares, elaboradas em 1996 pela ABEPSS. Diante disso, buscamos corroborar as colocações do autor, com o adendo de que o mesmo movimento deve ser feito em relação ao debate de gênero e de sexualidades, de modo a reconhecer que, assim como a discriminação racial, as discriminações de gênero e de orientação sexual possuem caráter histórico no Brasil e ainda se fazem presentes na sociedade brasileira contemporânea. Assim, a centralidade dos debates desses modos de opressão e dominação, que devem ser sempre articulados com o debate de classe, se constitui como questão de extrema relevância para a formação em Serviço Social.

Em consideração a isso, observamos que entidades representativas do Serviço Social, como a ABEPSS, se posicionam a favor da formação profissional em constante atualização, ao publicar que a formação de assistentes sociais deve estar articulada a uma “[...] consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, assim como vinculada às lutas dos movimentos sociais (negro, indígena, feminista, LGBT e outros)” (ABEPSS, 2016, não paginado). Destacam-se, também, as campanhas realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS, que objetivam colocar como centralidade na profissão os debates a respeito das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, para que tais debates propiciem reflexões e ações no cotidiano da categoria profissional das/os assistentes sociais. As campanhas “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” (ocorrida durante o triênio 2017-2020) e “Nós, Mulheres, Assistentes Sociais de Luta!” (do triênio 2020-2023) constituem exemplos do comprometimento das entidades representativas com a formação continuada de assistentes sociais em prol do enfrentamento das opressões e dominações de gênero, de raça e de sexualidades.

## **A PRESENÇA DO DEBATE RACIAL, DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES NAS DISCIPLINAS DO SERVIÇO SOCIAL**

Compreendendo a importância da presença do estudo das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades na formação profissional

em Serviço Social, analisaremos, neste momento, o levantamento, realizado durante o ano de 2022, das ementas curriculares e dos projetos políticos-pedagógicos de sete universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, objetivando observar como o estudo de tais categorias está sendo desenvolvido nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades em questão: UFF de Niterói, de Rio das Ostras e de Campos dos Goytacazes; UFRJ, UERJ, UFRRJ e UNIRIO.

O referido levantamento elencou as disciplinas obrigatórias e optativas que objetivam discutir as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, tendo obtido como resultado 34 disciplinas, sendo que 12 são obrigatórias (35,29%) e 22 são optativas (64,70%), sendo que a UFF de Niterói possui o maior percentual de disciplinas, com 32,25%; a UFRJ e a UERJ com 14,7% em cada uma; a UFRRJ e a UFF de Rio das Ostras, com 11,76%; a UNIRIO, com 8,82%; e a UFF de Campos dos Goytacazes, com 5,88%.

No que se refere ao debate específico das categorias mencionadas, as disciplinas aparecem organizadas da seguinte maneira: 11 disciplinas (32,35%) debatem raça/racismo, 9 disciplinas (26,47%) debatem gênero e 1 disciplina (2,94%) debate sexualidades. De forma interseccional, 10 disciplinas (29,41%) debatem gênero e raça/racismo, enquanto 3 disciplinas (8,82%) debatem gênero e sexualidades. Neste levantamento, evidenciamos a conexão da categoria de raça/racismo com o estudo da formação social brasileira, assim como a conexão das categorias de gênero e de sexualidades com o estudo dos movimentos sociais e de autores e autoras clássicas da teoria feminista.

Com base nos dados expostos, observa-se que a maioria das grades curriculares de Serviço Social das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro possui poucas (ou não possui) disciplinas obrigatórias que tenham como eixo central a abordagem das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, de modo que, majoritariamente, as universidades em questão optam por desenvolver tais categorias em disciplinas de natureza optativa.

Em relação à categoria de raça/racismo, a UFRJ se destaca pela quantidade de disciplinas que abordam a categoria de forma obrigatória, materializadas por meio da luta e da persistência/resistência do movimento estudantil, enquanto a UNIRIO e a UFF de Niterói e de Rio das Ostras abordam a categoria apenas de maneira optativa. Na

mesma linha, percebe-se que a UFF de Campos dos Goytacazes não oferta disciplinas (obrigatórias ou optativas) que permeiam o debate racial. Observamos, também, que disciplinas que desenvolvem o gênero como centralidade encontram-se presentes em todas as universidades de formas obrigatórias e optativas. Por fim, o debate das sexualidades aparece explícito apenas em três disciplinas, todas optativas.

**Tabela 1.** Natureza das disciplinas que desenvolvem as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (2022)

|   | Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro | Região        | Disciplinas                                                                                       | Natureza    |
|---|----------------------------------------------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 1 | UFF – Universidade Federal Fluminense (Niterói)    | Metropolitana | Relações de Gênero e Questão Social                                                               | Obrigatória |
|   |                                                    |               | Gênero e Sexualidade na Escola                                                                    | Optativa    |
|   |                                                    |               | Sociologia das Relações de Gênero                                                                 | Optativa    |
|   |                                                    |               | Violência de Gênero: Elementos do Debate Atual                                                    | Optativa    |
|   |                                                    |               | Gênero, Movimento Feminista e Consciência de Classe                                               | Optativa    |
|   |                                                    |               | Família, Gênero e Diversidades                                                                    | Optativa    |
|   |                                                    |               | Gênero, Orientação Sexual e Políticas Sociais                                                     | Optativa    |
|   |                                                    |               | A Formação da Eugenia no Brasil                                                                   | Optativa    |
|   |                                                    |               | A Integração do Negro na Sociedade Brasileira: Racismo e suas Implicações na Prática Profissional | Optativa    |
|   |                                                    |               | A Questão Racial na Formação Social Brasileira                                                    | Optativa    |
|   |                                                    |               | Modernidade e as Relações de Opressão de Classe Social, Étnico-Raciais e Sexuais                  | Optativa    |

|   | Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro            | Região            | Disciplinas                                                      | Natureza    |
|---|---------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------------------------------------------|-------------|
| 2 | UFF – Universidade Federal Fluminense (Rio das Ostras)        | Baixada Litorânea | Família, Relações de Gênero e Questão Social                     | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Questões Étnico-Raciais, Políticas, Sociais e Serviço Social I   | Optativa    |
|   |                                                               |                   | Questões Étnico-Raciais, Políticas, Sociais e Serviço Social II  | Optativa    |
|   |                                                               |                   | Questões Étnico-Raciais, Políticas, Sociais e Serviço Social III | Optativa    |
| 3 | UFF – Universidade Federal Fluminense (Campos dos Goytacazes) | Norte Fluminense  | Família, Relações de Gênero e Questão Social                     | Optativa    |
|   |                                                               |                   | Classes e Movimentos Sociais                                     | Optativa    |
| 4 | UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro                 | Metropolitana     | Trabalho e Questão Social no Brasil                              | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Relações Étnicas e Serviço Social no Brasil                      | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Sociedade, Cultura e Identidades                                 | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Política Social e Serviço Social III                             | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | A Questão de Gênero no Brasil                                    | Optativa    |
| 5 | UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro               | Metropolitana     | Classes, Gênero, Etnia e Geração                                 | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Política Social e Relações de Gênero e Etnia                     | Optativa    |
| 6 | UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro          | Metropolitana     | Relações de Gênero e Questão Social                              | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural                   | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Classes Sociais e Movimentos Sociais                             | Obrigatória |
|   |                                                               |                   | Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social     | Optativa    |
| 7 | UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro     | Metropolitana     | Relações Patriarcais de Gênero                                   | Optativa    |
|   |                                                               |                   | Gênero, Raça e Etnia                                             | Optativa    |

**Fonte:** departamentos de Serviço Social das universidades em questão.

É válido ressaltar que a Escola de Serviço Social da UNIRIO (ESS/UNIRIO) pretende implementar um novo currículo para o ano de 2024, em que a discussão a respeito das sexualidades e das relações étnico-raciais e de gênero terá natureza obrigatória e buscará ser realizada de maneira interseccional, o que constitui um avanço significativo para a formação profissional em Serviço Social da universidade em questão.

Diante de todo o exposto, fica evidente o fato de que o debate centralizado nas categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, por estar presente de forma majoritariamente optativa nas universidades suprarreferidas, pode constituir-se como uma questão para a qualidade da formação profissional de assistentes sociais, visto que a população negra, as mulheres e as pessoas que compõem a comunidade LGBTQIA+ constituem os principais públicos atendidos pelo Serviço Social, devido aos fatores de opressão e marginalização citados anteriormente no trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do presente trabalho, pôde-se observar que, mesmo com os grandes avanços da profissão no que tange à análise da sociedade capitalista, ocorridos após o movimento de renovação da profissão, que proporcionou a aproximação do Serviço Social à tradição marxista, nota-se que ainda é possível evidenciar um desconforto na formação profissional no que concerne à abordagem de determinados assuntos.

Quando observamos as diretrizes curriculares da formação profissional, assim como o projeto ético-político profissional, constatamos uma orientação geral que aponta para o compromisso da categoria no enfrentamento da opressão de gênero, raça e sexualidade; contudo, não há garantia da efetivação desse compromisso no interior da formação em Serviço Social.

Por sua vez, quando observamos as ementas curriculares e os projetos políticos-pedagógicos das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, constatamos que não foi possível obter um diagnóstico favorável quanto ao estudo das relações desiguais de raça, de gênero e de sexualidades, devido ao fato de que, na maioria das vezes, as escolas promovem uma formação profissional na qual não se faz presente, de

forma obrigatória, o estudo das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, assim como o debate do cis-heteropatriarcado, que constitui uma das estruturas sob a qual se constrói o capitalismo brasileiro. Também encontramos uma ausência no que tange ao estudo das diversas formas em que a população LGBTQIA+ é atingida pelas expressões da questão social, sendo que ela constitui um dos grupos mais afetados pela reprodução do modo de produção capitalista (TOITIO, 2015).

Para além do exposto, cabe-nos ressaltar aqui que uma boa parte dos intérpretes da formação sócio-histórica brasileira acaba por não preconizar as relações patriarcais de gênero e o racismo, como bem salientam Costa e Rafael (2021), razão pela qual argumentamos que a mesma realidade se apresenta quando se trata do debate referente às sexualidades, o que permite que os debates sobre tais categorias não sejam tratados com o mesmo grau de importância do que os debates sobre classes, que possuem centralidade no decorrer da formação em Serviço Social no Brasil.

Diante disso, buscamos reiterar a necessidade de que a formação em Serviço Social nas universidades seja orientada de maneira a abordar as supracitadas categorias de forma obrigatória, assim como também para que elas sejam trabalhadas de modo interseccional no interior de todas as disciplinas presentes nos cursos de graduação em Serviço Social, visto que os debates sobre raça/racismo, gênero e sexualidades precisam estar sempre articulados ao debate sobre classes e presentes nas disciplinas que abordam a categoria de trabalho, a questão social, as políticas sociais, a formação sócio-histórica do Brasil e a segurança social, dentre muitos outros conteúdos que são centrais durante a formação de assistentes sociais.

À guisa de conclusão, salientamos que as entidades representativas da categoria expressam a importância de que as/os assistentes sociais estejam comprometidas/os com a luta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antiLGBTQIA+fóbica, dentre outras. Por isso, torna-se imprescindível atestar que as disciplinas que compõem a formação profissional da categoria precisam refletir claramente tais valores e princípios, viabilizando a formação de assistentes sociais que, pelas suas ações profissionais, objetivarão horizontes menos desiguais.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. ABEPSS, 2016. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressao-de-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, M. S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no Serviço Social. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

BARROCO, M. L. S.; HELENA, T. S. **Código de Ética do(a) Assistente Social Comentado**. Cortez Editora, 2014.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº 8.662/93, de regulamentação da profissão**. 10ª ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, R. G.; RAFAEL, J. C. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano *In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Editora Zahar: 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IRINEU, B. A. Apagamento, desproteção social e política de extermínio: marcas da violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil. *In: DUARTE,*

Marco José de Oliveira *et al.* (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Juiz de Fora: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.

LIMA, H. T. Não-binariedade: uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. **Seara Filosófica**, n. 21, Inverno, p. 170-184, 2020.

MOREIRA, T. W. F. **Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo** (2019). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *In: Serviço Social e Sociedade*, n. 5. São Paulo: Cortez, 1981.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, E. M.; FRANÇA, G. S. Oito notas sobre formação social brasileira e renovação crítica do serviço social brasileiro. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 143-157, jul./dez. 2021.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, V. B. Gênero, marxismo e serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 13-31, 2014.

TOITIO, R. **Sobre a hegemonia heterossexista**. *In: Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels* (Unicamp). Campinas: CEMARX, 2015.